

**O INTER-DITO FUNDADOR DO CAMPO INFORMACIONAL:
efeito-documento e efeito-informação na construção discursiva do fato (e do sujeito)**

Lídia Silva de Freitas*

RESUMO

Apresenta resultados de estudos sobre os poderes da escrita, especialmente os ligados à constituição histórica do *documento* – em sua materialidade: da ordem da institucionalidade e gerador de efeitos sociais (FROHMANN). Utilizando o conceito de *modo de acreditação e distribuição social de saberes*, fundado na divisão entre *sociedades de memória* e *sociedades de história* (NORA), analisa os funcionamentos da escrita como marco divisório e base das sociedades históricas – ou de Arquivo – e fundamento do *efeito-documento* em processos de legitimação, autoridade e regimes de verdade. Busca as bases da persistência do documento nos processos dominantes de acreditação e distribuição social de saberes e poderes no ocidente. Através da teoria e análise do discurso (AUROUX, HAROCHE e GALLO), assim como da análise da historicidade da escritura científica (FROHMANN), conclui que o fundamento do poder do documento (instância institucional), invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. Tais recobrimentos, envolvidos na hegemonização do funcionamento do Arquivo como dispositivo e fonte de saberes teóricos e práticos, implicam a constituição da representação imaginária da *informação* com a própria constituição do sujeito-de-direito ocidental atual.

Palavras-chave: Documento. Ciência da Informação-Epistemologia. Cultura Escrita. Sociedade de Arquivo.

1 INTRODUÇÃO – BASES DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade (o arconte, o arkheion, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento.
(DERRIDA, 2001, p. 8)

Esta comunicação apresenta resultados de estudo bibliográfico¹ que, através da análise

¹ Apresenta resultados de pesquisa de Pós-Doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ – Museu Nacional, Linha de Lingüística, sob Supervisão da Profa. Dra. Marília da C. Facó Soares e Co-Supervisão da Prof. Dra. Tânia C. Clemente de Souza. Resultados parciais do estudo foram

da escrita em suas densas relações com a produção e reprodução de poderes de diversas ordens – políticos, culturais, econômicos – nas sociedades ocidentais, buscou os fundamentos das práticas sociais com documentos em suas repercussões nos saberes teóricos e práticos do que aqui designamos como campo informacional – cobrindo as áreas disciplinares da Documentação, da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Fundamentado nas concepções de *sociedades de história* e *sociedades de memória* (NORA, 1993); do papel da estratificação social na invenção da escrita (GOLDBERG, 1990)²; do entrecruzamento inscrição/instituição na representação social do *documento* (LE GOFF, 2005³ e COSTA, 1997); da distinção entre *saberes* e *conhecimento* (FOUCAULT, 1974); e da crítica à representação imaginária da imanência dos sentidos textuais, através da Teoria do Discurso (PÊCHEUX, 1995), é formulado para o estudo, o conceito de *modo de acreditação e distribuição social dos saberes*.⁴

Abordado o *documento* como efeito básico do funcionamento social da escrita, seus acúmulos tornam-se imprescindíveis a este mesmo funcionamento. Nos termos de Nora (1993), a *memória verdadeira*, transformada por sua passagem em *História*, dá lugar a uma memória arquivística, levando à *constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar*, o que aqui será tratado genericamente de *Arquivo*.

Assim, através do marco divisório do advento e disseminação da escrita, as sociedades ocidentais incluem-se entre as *sociedades de história*, marcadas pelo que passamos a denominar de *modo de Arquivo*⁵ como forma dominante de acreditação e distribuição/repartição social de *saberes*, que no caso, assumem a representação de *conhecimento*, já que envolvidos em determinado *regime de verdade* (FOUCAULT, 1974).

O Arquivo, como *dispositivo histórico significativo* (SOUZA, 1996), exige que os registros passem pelo crivo da *arquivabilidade*: “precisam ser submetidos aos cuidados de quem tem competência tanto para interrogá-los como para defendê-los, mantê-los seguros e assistidos” (RICOEUR, 2000, p. 213). Tais procedimentos historicamente também levaram à

apresentados nos eventos: *I Seminário de Pesquisa em Documento e Memória: materialidade e discurso* e *V Seminário em Linguagens e Memória*, Rio de Janeiro, UNIRIO/UFF, 2008; *III Jornada de Análise do Discurso na Ciência da Informação*, São Carlos, UFSCar, 2008; e *II Seminário Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro/Niterói, UFF/FBN/ABL, 2009.

² GOLDBERG, J. **Writing matter**: from the hands of the English renaissance. Stanford: Stanford University Press, 1990. *apud* Frohmann (2004b)

³ A legitimidade circular entre documento e instituição é assim tratada em Le Goff (2005): “o documento é produto de um centro de poder. [...] é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.”

⁴ Problematização, marcos teóricos e formulação conceitual estão aprofundados em Freitas (2008a, 2008b e 2009).

⁵ *Versus* ‘modo de memória’, predominante entre as sociedades sem escrita ou sem significativa disseminação social da mesma.

produção de saberes técnicos, teórico-conceituais e epistemológicos do que tratamos como campo informacional.

A noção que aqui é entendida como capaz de representar o conjunto do funcionamento do Arquivo – seus meios, saberes e suas formas de acreditação – é a desenvolvida por Derrida (2001), que abarca desde a escrita até a leitura/interpretação como constitutivas de seus efeitos sócio-históricos, também envolvendo o que aqui será abordado como efeito-informação.

[...] o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação. (DERRIDA, 2001, p. 29. Grifos do autor)

Capurro e Hjørland (2007) apontam, como outros autores, o que entendem como uma “negligência [por parte do campo informacional] com os conceitos de texto e documento, de um lado, e de significado (ou semântica), de outro” (p.182).

De nossa parte, considera-se que tal lacuna, antes de uma ‘negligência’, é resultado das dificuldades inerentes ao gesto de tomar como objeto a escritura e suas relações de poder. Tal gesto implica o que Derrida (1973) qualifica de ‘monstruosidade’. Refletindo sobre as bases do que entende por uma verdadeira ciência ou história da escrita⁶ – que intitula de Gramatologia –, o autor afirma temer que tal empreendimento

corre o risco de nunca vir à luz como tal [...] porque] as idéias de ciência e escritura – e por isso também a de ciência da escritura – têm sentido para nós apenas a partir de uma origem e no interior de um mundo a que *já* foram atribuídos um certo conceito de signo [...] e um certo conceito das relações entre fala e escritura (DERRIDA, 1973, p. 5 e 6).

Analisa que romper com essas relações é romper “absolutamente com a normalidade constituída”, uma “espécie da monstruosidade” (p. 6). Para a definição de um campo científico para a escritura, nota que tal campo colocará em cheque as condições mesmas de sua existência, pois:

1. a própria idéia de ciência nasceu numa certa época da escritura;
- [...]
5. a escritura não é somente um meio auxiliar a serviço da ciência – e

⁶ Derrida critica os estudos históricos da escrita: “Todas as obras que tratam da história da escritura são compostas da mesma forma: uma classificação de tipo filosófico e teleológico esgota os problemas críticos em algumas páginas, passando-se em seguida à exposição dos fatos. Contraste entre a fragilidade teórica das reconstruções e a riqueza histórica, arqueológica, etnológica, filológica da informação.” (1973, p. 33)

eventualmente seu objeto – mas, antes de mais nada, [...] é] a condição de possibilidade dos objetos ideais, e portanto, da objetividade científica. Antes de ser seu objeto, a escritura é a condição da *episteme*;

6. a própria historicidade está ligada à possibilidade da escritura: [...] antes de ser objeto de uma história – de uma ciência histórica – a escritura abre o campo da história – do devir histórico. (DERRIDA, 1973, p. 33-34)

Por isso, questiona: “Ciência da possibilidade de ciência? Ciência da ciência que não teria a forma da *lógica* mas sim da *gramática*? História da possibilidade da história que não mais seria uma arqueologia, uma filosofia da história ou uma história da filosofia?” (DERRIDA, 1973, p. 34. Grifos do autor). Reconhece aí a origem da ‘monstruosidade’ e as razões de seu apagamento:

As ciências *positivas* e clássicas da escritura não podem senão reprimir este tipo de questão. Até certo ponto, essa repressão é até mesmo necessária para o progresso da investigação positiva. [A questão da origem da escritura] não poderia, sozinha, senão paralisar ou esterilizar a pesquisa histórica e tipológica dos *atos* (DERRIDA, 1973, p. 34. Grifos do autor).

Reconhecem-se também aqui as dificuldades enfrentadas por tentar ‘estranhar’ alguns dos fundamentos do próprio campo informacional, estabilizados e invisibilizados enquanto tal em suas práticas empíricas e teóricas. Para tanto, é necessário romper com as interdições estabelecidas do interior do funcionamento do dispositivo do Arquivo.

Nesta comunicação, após item que problematiza a chamada ‘redocumentalização’ em nosso campo e constrói a concepção de documento que embasa este estudo, estão relatados os resultados do estudo ligados à abordagem linguística e textual da constituição do que abordamos como ‘efeito-documento’ e ‘efeito-informação’. A abordagem linguística pauta-se principalmente pelo viés da Análise do Discurso de linha francesa para a análise da relação entre a escrita, o processo sócio-histórico da gramatização e seus desdobramentos na constituição do ‘fato’ e pela abordagem textual, que sistematiza as contribuições de Frohmann à análise da historicidade da estrutura e estratégias retóricas do texto científico na construção do mesmo efeito.

2 A RETOMADA TEMÁTICA DA CENTRALIDADE DO DOCUMENTO: DO INTERIOR AO EXTERIOR DOS DISPOSITIVOS DE ARQUIVO

A recondução da temática do documento, após décadas de seu apagamento teórico no campo informacional anglófono⁷, como ‘velharia’ teórica em favor da noção de ‘informação’

⁷ Lund (2009) e Ortega; Lara (2008 e 2009) sublinham que o abandono da temática do documento se deu principalmente pela literatura anglófona do campo informacional entre os anos 1960 e 1970, tendo sido mantida

como objeto teórico-prático do campo informacional, se inicia nos anos 1980. Entre os principais promotores desta reviravolta disciplinar estão Buckland, Rayward, Frohmann, e Day.

Entretanto, nem sempre tem ficado claro que tal movimento se produz sobre bases diferenciadas quanto às motivações, aos problemas levantados e às formas pelas quais a abordagem teórica do documento pode respondê-los.

Podemos subdividir a produção sobre o tema, basicamente em:

- Abordagens pragmáticas ou operacionais: esforços conceituais de sistematização dos objetos que efetivamente vem sendo socialmente produzidos ou mobilizados como documento e considerados como *veículos* de informações socialmente relevantes;
- Abordagens filosóficas ou epistemológicas: esforços teóricos, analíticos e críticos tanto dos usos sócio-históricos que produzem e mobilizam objetos como documento, quanto dos esforços conceitual-pragmáticos de sistematização sobre tais objetos.

Na recente revisão da literatura empreendida por Lund (2009) do que intitula de “Teoria do Documento”, abordando a ‘redocumentalização’, ou ‘movimento de neodocumentação’, (PEDAUQUE, 2007⁸), o autor reconhece tal divisão.

As comunidades da Biblioteconomia e da Ciência da Informação enfrentam uma tensão inerente entre um interesse pragmático em como lidar na prática com documentos (em um crescente número de formatos e uma diversidade de tecnologias em rápida transformação) e um interesse crítico geral em compreender o papel dos documentos na sociedade e na cultura em geral. (LUND, 2009, p. 425. Tradução nossa)

Entende-se aqui, da mesma forma, duas motivações históricas fortemente diferenciadas para as grandes vertentes indicadas, que parecem se identificar apenas quanto ao foco no documento.

O primeiro grupo reclama atenção para as atividades documentárias que permanecem lidando com objetos documentários crescentemente diversificados e produzindo documentos secundários para mediação em seus usos sociais. Como resposta às demandas sociais por tratamento e disseminação de diferentes suportes e tipos de mensagens – informação –, há um esforço de adequação teórico-prático do campo informacional.

especialmente por autores franceses e espanhóis da Documentação. Lund também relata que o período do descenso do *documento* na produção anglófona do campo informacional coincidiu com o desenvolvimento de abordagens sobre o tema por autores dos campos da filosofia e das ciências sociais, como Mannheim, Garfinkel & Smith, Foucault, Latour & Woolgar, entre outros (cf. LUND, 2009, p. 407-410).

⁸ PEDAUQUE, R. T. **La redocumentarisation du monde**. Toulouse: Cepaduès, 2007. *apud* Lund (2009).

Buscando abordagens que ultrapassem os circuitos operacionais e seus dispositivos teóricos, os autores do segundo viés apresentado, através de questionamentos filosóficos ou epistemológicos dos construtos representacionais ‘informação’ e ‘documento’, passam a focar analiticamente tanto suas ‘demandas’ e ‘usos’ sociais, quanto sua constituição conceitual e dispositivos operacionais enquanto funcionamentos sócio-históricos disciplinares e institucionais inseridos em intensos jogos de linguagem, legitimidade e poder.

Note-se que, apesar da aparente identificação em torno do documento, renova-se a tensão indicada por Lund (2009) que, nos termos de González de Gómez, emergem da “dupla orientação [do campo] à *explicação* e à *intervenção* [...] na esfera das práticas organizacionais e sociais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000. Grifos nossos). Tal separação parece distante de superação, pois, ainda para González de Gómez (2000), “se enfraquecem as zonas intermediárias, de conversão e hibridação entre a teoria e a prática”.

Entretanto, entendemos que o intercâmbio entre as esferas de reflexão teórica e prática enfrenta dilemas intrínsecos de delicada composição.⁹

Da esfera pragmática predominantemente emergem aportes conceituais que trabalham a partir de e inseridos nos próprios processos de estabilização, institucionalização e objetivação do documento, seus acúmulos e tratamento. A partir desta perspectiva, alguns autores reclamam operacionalidade das abordagens histórico-sociais ou, por vezes, chegam a explicitar os ‘riscos’ da reflexão teórico-crítica sobre seus objetos e metodologias. Matienzo (2004) aborda essa tensão no âmbito da Arquivologia, citando autores como Roberts (1990 e 1997¹⁰) e Burke (1981¹¹), que consideram haver uma incompatibilidade entre a prática arquivística e os esforços teóricos, existindo mesmo os que recomendam que a migração da iniciativa teórica apenas para o espaço acadêmico, já que a prática pode ser ‘desconfortavelmente desafiada’ pelas ‘transgressões teóricas’¹². Tais investimentos maculariam a ‘inocência’ dos arquivos, que adviria da ‘não intencionalidade, imparcialidade e autenticidade’ da produção documental, além da ‘naturalidade’ de seu acúmulo, como evocam muitos autores da Arquivologia (como DURANTI, 1994). Na literatura de Biblioteconomia,

⁹ Em Nunes (2008) depreende-se algumas das fontes políticas da dificuldade de comutação entre os lugares do “intérprete autorizado” e o trabalho teórico-crítico no dispositivo de arquivo.

¹⁰ ROBERTS, John W. Archival theory: much ado about shelving. **American Archivist**, n. 50, p. 66-74, 1997. e _____ . Archival theory, myth or banality? **American Archivist**, n. 53, p. 110-120, 1990. *apud* Matienzo, 2004.

¹¹ BURKE, Frank G. The future course of archival theory in the United States. **American Archivist**, n. 44, p. 40-46, 1981. *apud* Matienzo, 2004.

¹² Matienzo (2004) parafraseando MENNE-HARITZ, Angelika. Archivfachliche Ausbildung: den Anforderungen der Gesellschaft des 21. **Archivum**, n. 39, p. 273-274, 1994.

Documentação e Ciência da Informação, a “divisão de tarefas” reflexivas entre teoria e prática historicamente já foi mais diretamente explicitada (como em SHERA; EGAN, /1961/ e relatada em BOWLES, 1998, e BUCKLAND, 1996), assumindo hoje principalmente o formato mais sutil do apagamento das atividades teórico-críticas nas insistentemente repetidas “novas tarefas do profissional da informação” (FREITAS, 2004)

Na perspectiva pragmática, a retomada da centralidade do documento se dá grandemente em função da multiplicação dos formatos e suportes dos objetos passíveis de tratamento documentário, através da retomada dos clássicos da Documentação, permanecendo a reflexão nos limites do funcionamento do dispositivo de Arquivo.

Da esfera filosófico-epistemológica – através da crítica ao chamado ‘paradigma informacional’ dominante – emergem aportes conceituais do constructo *documento* a partir de relações históricas e institucionais que o constituem enquanto objeto sócio-cultural. Assim, também relêem os clássicos da documentação, entretanto, como sublinha Lund (2009), o fazem buscando em suas construções teórico-pragmáticas as marcas do funcionamento social e cultural do Arquivo como dispositivo. Isto é, retomam a produção dos primórdios da Documentação, mas como objeto analítico.

Em suas análises recorrem teórico-conceitualmente a reflexões oriundas de outros campos disciplinares, como a Sociologia, a Antropologia Cultural, a História, a Filosofia etc.

Das definições clássicas e atuais de documento, no esforço de englobar suportes, formatos e tipologias documentais crescentemente diversificados, chega-se praticamente a um núcleo comum, que poderia ser sintetizado como *o que funciona como documento, isto é, assume um caráter evidencial do interior de assertivas, para fins de consulta, estudo, referência, prova ou autoridade*.¹³

Buckland (1998), como outros autores do campo informacional, sublinha a possível abordagem do documento pela antropologia social e pela semiótica: enquanto objeto da cultura material e ‘objeto-signo’ – percebido socialmente como ‘evidência’.

Em nosso estudo, partimos da inserção discursiva do documento, como abordado em Meneses (1998): *objetos materiais mobilizados como documentos*.

Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos

¹³ Síntese das definições revisadas em Buckland (1998), Lund (2009) e Ortega; Lara (2008 e 2009).

objetos o sentido dos objetos. (MENEZES, 1998, p.91)

É, pois, da natureza retórico-discursiva da ‘operação documentária’ em suas relações com as representações de *fato* e de *informação* que iremos tratar aqui.

3 CAMINHOS TRILHADOS: A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E TEXTUAL DO FATO E DA INFORMAÇÃO – O FUNCIONAMENTO DO DOCUMENTO

Aqui são apresentadas separadamente as duas perspectivas assumidas na análise proposta.

3.1 A escrita e o controle lingüístico nas condições de produção do fato

Pela via da Teoria do Discurso buscamos as condições de produção do que chamamos de discurso da informação/fato, inicialmente pela análise e história dos processos de gramatização (AUROUX, 1992); pelos processos de determinação / desambigüização / objetivação da língua, via controle dos sentidos (HAROCHE, 1992); e pela análise da distinção discurso oral / discurso escrito (GALLO, 1992). Tais abordagens, ao lado da compreensão da constituição do efeito-informação, auxiliarão na desnaturalização e opacização¹⁴ dos objetos, práticas, teorias, metodologias e produtos do campo informacional.

Auroux, em livro que condensa sua reflexão sobre a trajetória do saber lingüístico após longo estudo histórico, sustenta duas teses principais: (a) a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento do saber metalingüístico; e (b) o processo de “gramatização”¹⁵ transformou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. Com relação à primeira tese, constata que não há na história das culturas orais o que chama de ‘verdadeiro saber metalingüístico’, isto é, este saber tomando a seu cargo as manipulações efetúáveis sobre a linguagem. A etimologia da palavra gramática já indica: *gramma*, letra. (cf. p.19)

Entretanto, Auroux não estabelece uma relação de estrita causalidade entre escrita e saber gramatical. Se, com Jack Goody, concorda que a emergência desse saber depende da “razão gráfica”, dele se distancia ao apontar variados fatores sócio-históricos envolvidos no

¹⁴ Entendido como o processo de desconstrução do efeito de evidência, da ilusão de transparência dos aspectos em foco.

¹⁵ O autor conceitua gramatização como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Diferencia sua conceituação do termo mais antigo “gramaticalização”, anteriormente utilizado pelos lingüistas designando a fixação de um procedimento discursivo na gramática de uma língua. (AUROUX, 1992, p. 65 e 95, nota nº 12)

processo de gramatização. Indica o Renascimento europeu como ponto de inflexão nesse processo, levando à construção massiva de dicionários e gramáticas das línguas conhecidas – especialmente as ameríndias –, juntamente aos vernáculos europeus, padronizados com base na tradição greco-latina. Relaciona, com diferentes ênfases, aspectos político-econômicos que fundamentam uma nova política de expansão lingüística interna e externa, no contexto do capitalismo mercantil: acesso a uma língua de administração, cultura e textos sagrados; exploração do globo e expedições militares com o estabelecimento de relações comerciais e políticas; a colonização; a organização de uma língua literária; o aparecimento da imprensa. O autor apresenta dados que demonstram não apenas a concomitância histórica da gramatização das línguas do ‘mundo conhecido’, mas também sua coincidência com o aparecimento dos tratados de lógica – o que, através de articulações que estabeleço com o texto de Haroche (1992), será aqui retomado.

Auroux sublinha os efeitos do que chama de ‘segunda revolução técnico-lingüística’ – sendo a primeira o advento da escrita:

Cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos lingüísticos, a mesmo título que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. (p. 35) [...] Constituíram-se [com a gramatização das línguas] *espaços/tempos de comunicação*, cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, uma sociedade sem gramática. [...] Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade. [...] As línguas pouco e menos “instrumentalizadas” foram, por isso mesmo, mais expostas ao “lingüicídio”, voluntário ou não. (AUROUX, 1992, p. 70. Grifo do autor.)

Haroche (1992) igualmente aborda questões envolvidas com a gramática, entretanto, com motivação diversa dos aspectos indicados por Auroux. A autora, tendo por foco a constituição do sujeito em sua historicidade, diferentemente de outros autores da Análise do Discurso, não se satisfaz com as afirmações genéricas de uma “interpelação do indivíduo em sujeito” ou de seu “assujeitamento pela ideologia” ou ainda de que “o sujeito é efeito do discurso”. No texto analisado, Haroche busca na relação concreta do sujeito com a linguagem, “nos próprios mecanismos sintáticos, os efeitos de interpelação e de assujeitamento” (p. 180). Tem como foco analítico a passagem do sujeito-religioso medieval para o sujeito-de-direito burguês e como objeto – ainda que apenas por vezes explicitado no texto – as mutações no funcionamento sócio-histórico da linguagem escrita. Analisa a transformação da escrita

medieval – que trata como *Letra* – do “signo fechado e enclausurante do ritual mnemônico [da religião na Idade Média]” para sua caracterização como *as Letras*, representada como “signo aberto, combinável, racional, e ‘objeto de escolha’ e de arranjo por parte do sujeito” da sociedade burguesa. (p. 70)

A autora indica a indissociabilidade entre *as Letras* capitalistas e “a própria possibilidade do contrato, da troca de mercadorias, permit[indo] a circulação monetária”, “marcando a preponderância da língua” (p.70) – escrita, sublinho. Trata-se do estabelecimento de uma escrita – “em seu caráter explícito, determinado e fixo”, controlável, *contra* o sujeito – “lugar de todas as restrições, ambigüidades, mentiras, contradições”. (p. 98)

Trazendo a análise histórica do processo de gramatização para o nível da constituição do sujeito, Haroche indica seu projeto político como o do controle do sentido e, por conseguinte, da interpretação.

O ideal da gramática seria, assim, um ideal de completude que participa de um ideal do sujeito mestre de suas palavras, para constituí-lo em definitivo em sujeito jurídico (p.13) [...] As práticas jurídicas funcionam assim silenciosamente na história da gramática. Uma figura específica da subjetividade se desenha sob sua influência: o sujeito é individualizado, isolado, responsabilizado na gramática e no discurso. (p. 23) [...] a determinação é um efeito inscrito no cerne da gramática como uma coerção, uma exigência de ordem, mas também um privilégio, acessível a alguns, negado à maioria, que é o próprio privilégio da interpretação. (HAROCHE, 1992, p. 26)

A busca da determinação do discurso, através da formalização e de construções textuais, exige dos gramáticos a elaboração de uma verdadeira teoria da desambigüização (p. 101), controlando o sentido **na escrita** e criando o efeito de literalidade: a ilusão de representação da “idéia clara e distinta, desligada de contexto”. (p. 99) Note-se que, paralelamente ao processo de individualização, de responsabilização do sujeito assim autonomizado, está colocada uma ideologia jurídica de centralização administrativa ligada à constituição do aparelho de Estado, definindo-se pela “imposição da literalidade”, banindo o implícito e a indeterminação. (p. 189)

E a fim de que não haja dúvida sobre a inteligência dos ditos decretos, nós queremos, ordenamos, que eles sejam feitos e escritos tão claramente que não possa haver nenhuma ambigüidade, ou incerteza, nem dê lugar a interpretação.” (Mandato de Villers-Cotterets, 1539, apud HAROCHE, 1992, p. 86)

A constituição do sujeito responsável por suas decisões, a construção da literalidade especialmente através do controle da linguagem escrita e a aparente transparência dos referentes vêm concretizar a separação entre sujeito e objeto: a constituição da objetividade.

Quanto ao tema, Haroche analisa que, após a “abertura” pós-medieval entre direito e saber, permitindo a curiosidade e o “direito de saber”, instaura-se novo fechamento: a precisão da técnica constitui um novo assujeitamento, “caracterizado pelo rigor e pela cifra” (p. 84), concretizando a já citada análise foucaultiana da separação “hostil” entre sujeito e objeto. Tal concretização envolve fortemente a identidade apontada por Pêcheux (1995) entre operadores jurídicos e mecanismos lógicos. Sobre esta questão, articulo o texto de Auroux (1992) – que demonstra a concomitância histórica da gramatização e do aparecimento dos tratados de lógica – com Haroche, que chama a atenção para o fato de que, na própria lógica, há algo de prescritivo, normativo, coercitivo, em suma jurídico, que contribui para a construção do objeto isolado do sujeito. A autora sublinha a “Lei” do direito e da ciência como um indicador dessa relação, que qualifica de “simulação constitutiva”.

Gallo (1992), em texto em que trabalha sobre os funcionamentos do que chama de Discurso Escrito (DE) e Discurso Oral (DO), chama a atenção para o fato de que “a circularidade é produzida sempre que se mobiliza a ‘evidência das coisas’, porque a evidência é sempre uma construção” (p. 110). A circularidade do poder entre documento e instituição, analisada por Le Goff (2005) e aqui citada anteriormente, é igualmente discutida em Gallo (1992, p. 33) pelo viés discursivo: o “domínio de circularidade” do dizer institucionalizado, escrito, se garante e se legitima, garantindo a instituição em que se origina.

Gallo (1992), contribuindo para a análise da textualidade do documento – que considero abarcar tanto o burocrático quanto o acadêmico-científico – na construção do efeito de objetividade, traz para sua análise tipologia discursiva estabelecida por Orlandi (1996)¹⁶. Demonstra como o DE, como o discurso autoritário, diferentemente do discurso lúdico ou do polêmico, produz o efeito de evidência pela ilusão da completude e do fechamento. O ‘fim’ é um ‘fecho’ – sempre arbitrário – que, via efeitos de sentido regulados pela história do sujeito e pela materialidade do texto, parece ‘único’ e ‘absoluto’ (p. 104). A autora sublinha que o ‘fecho’, apesar de ser um entre tantos possíveis, “produz para o texto um efeito de sentido único, pelo efeito ideológico produzido pela ‘instituição’ onde o texto se inscreve: efeito que faz parecer ‘único’ o que é ‘múltiplo’ e ‘transparente’ o que é ‘ambíguo’”.

Em sua análise da produção de evidência no DE, reconhece que historicamente nas sociedades nas quais houve a hegemonização da escrita sobre a oralidade, esta se dá sobre uma variedade linguística trabalhada por uma metalinguagem formal e gramatical que constrói

¹⁶ Gallo sublinha que a tipologia trabalhada por Orlandi em **A linguagem e seu funcionamento** (Campinas: Pontes, 1996) refere-se a *discurso* e não a *texto*. A AD não tem o texto como objeto e sim como *corpus* de análise, através da qual pode-se chegar às condições de produção do discurso.

um domínio de objetividade. “Por esse motivo é explicável o longo processo que se inicia na Idade Média de associar a uma determinada variedade lingüística o poder da *Escrita*: um poder capaz de instituir um único sentido, verdadeiro e cabal.” (GALLO, 1992, p. 49) Em contrapartida, a oralidade – e mesmo sua transcrição – irá conservar sua condição de forma ilegítima: sentidos múltiplos e inacabados. O texto do DE institui a ‘norma’ e o ‘modelo’, e não a ‘norma’ e o ‘modelo’ instituem o texto do DE, como o discurso pedagógico – seu foco de análise – faz parecer. (p. 108)

Outro aspecto importante trabalhado por Gallo diz respeito ao ‘princípio da autoria’, do qual advém – no imaginário e na lei... – o efeito discursivo de unidade do texto. O autor, ocupando essa posição, sob a forma da identidade e do ‘eu’, é colocado na origem da textualidade, como analisado em Foucault, limitando e ‘conjurando’ o acaso no discurso.¹⁷ “A própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria.” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1993¹⁸, *apud* GALLO, 1992)

3.2 A historicidade da estrutura textual na constituição do fato

Frohmann, em artigos publicados ao longo de vários anos, vem abordando criticamente as conceituações implícitas ou explícitas de *informação* e *documento* hoje dominantes no campo informacional, trazendo para sua análise questões envolvidas com a escrita, muitas vezes através da Análise do Discurso foucaultiana.

Enfatiza a escrita e a totalidade do aparato que a acompanha como fonte do poder gerativo e formativo do documento, que não se situa no conteúdo que pode registrar (cf. FROHMANN, 2004a, p.150). Inserindo os enunciados na ordem da instituição afirma: *Um texto não pertence às Escrituras porque seu conteúdo é sagrado; antes, seu conteúdo é sagrado porque pertence às Escrituras* (p.153). Também pontua a dupla materialidade do documento: além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos. (FROHMANN, 2008a)

Apoiado em análises de Numberg (1996)¹⁹, Frohmann (2004b), reconhecendo que grande parte da força e autoridade da noção de informação advém de suas ambigüidades e

¹⁷ Um aspecto apontado por Gallo que diz respeito aos documentos jurídico-administrativos está por ser aprofundado. Citando Orlandi; Guimarães em *Discurso e Leitura* (1993), reproduz: “Decretos e contratos necessitam de quem os assine, mas não de autores”.

¹⁸ ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. *In: _____*. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. *apud* Gallo, 1992.

¹⁹ NUMBERG, G. Farewell to the information age. *In: NUMBERG, G. (ed.). The future of the book*. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 103-138. *apud* Frohmann (2004b).

contradições, desloca o foco do questionamento ‘o que é informação?’ para ‘como se constitui a impressão de informação?’, apontando na análise os processos de reificação das noções construídas historicamente pelas próprias práticas sociais com a organização material de formas documentais, predecessoras das concepções de informação.

Após recusar a representação de informação como ‘nobre substância’ mental, imaterial e intencional que independeria de seu suporte, aponta quatro aspectos de observação às práticas sociais com documentos: sua materialidade, seus locais institucionais, suas formas disciplinares e sua contingência histórica (2004a). Em diferentes textos aborda alguns desses aspectos.

Exemplo de análise das práticas literárias da ciência – suas formas disciplinadoras do texto em suas contingências históricas – é a comparação que estabelece entre estratégias de estruturação textual e retóricas para construção da ‘informatividade’ nas narrativas documentais de experimentos científicos. Em sua análise, apresenta as características da retórica escolástico-aristotélica dominante entre os filósofos da natureza no continente europeu entre os séculos XVI e XVIII – premissas axiomáticas reconhecidas como ‘evidentes’, repetições do experimento, generalizações dedutivas derivadas de princípios universais, ‘essências’ ou ‘natureza’ dos fatos – e as características baconianas da retórica de seus congêneres ingleses do mesmo período – sem as ‘essências’ dedutivas, buscavam credibilidade via descrição detalhada do experimento, ocorrências certificadas por testemunhos confiáveis, generalizações indutivas e de *modesto* caráter probabilístico (FROHMANN, 2004a).

Em texto de 1998, o mesmo autor já analisava a retórica do atual artigo de periódico científico que, como constatado nos vários estudos citados, não se constituindo efetivamente como fonte para o *front* de pesquisa, torna-se fundamentalmente um recurso discursivo de objetivação do ‘mundo natural’. Demonstra como hoje predominam as regras disciplinares do discurso preconizadas nos primórdios do texto científico: estilo descritivo e detalhista do problema de pesquisa, materiais e métodos, e fatos ocorridos, e relutante e modesto para as interpretações e conclusões.

Tal tecnologia literária da confiança na correspondência entre os experimentos e sua documentação é uma forma particular de literatura, que assume o papel de produtora, validadora e protetora de ‘matérias de fato’: “o relato da experiência [...] é o correlato discursivo de uma estratégia teatral de objetividade” (1998, p.69).

Frohmann, em texto publicado em 2008b, persegue a trajetória da construção

discursiva da informação pela concepção de ‘fato’ – e sua proliferação – em Otlet, precursor do pensamento e das práticas documentárias européias. Detecta que em muitos escritos de Otlet o fato funciona como um forte *atrator*, ligando e organizando sua visão de ciência, documentos, classificação e bibliografia, principalmente através da concepção do *princípio monográfico*, método de detecção de fatos nos textos e sua documentação – expurgando-os de quaisquer ‘especulação’ e ‘interpretação’ autorais, encaradas como “neblina semiológica”. Na perspectiva de escrever o Livro Universal, o trabalho documentário, através de um rigoroso e organizado sistema de signos, deveria disciplinar técnicas para revelar claramente o fato, reinscrito “em sua própria identidade” e em sua ‘natural’ rede de fatos.

O autor sublinha o papel assim reservado aos documentalistas: verdadeiros estabilizadores de fatos, já que a classificação bibliográfica dos fatos documentados é a única ordem de signos verdadeiramente estável.

Tais investimentos analíticos de Frohmann corroboram a centralidade do funcionamento do documento na construção social da informação-fato, recusando a própria empreitada de definição de documento, já que escolhe “forjar conceitos no espírito deleuziano, buscando realçar seu poder e força, que se relacionam mais ao que eles fazem do que ao que eles significam ou representam” (FROHMANN, 2009, p 301)

4 CONCLUSÃO: PONTOS DE CHEGADA E DE NOVAS PARTIDAS

Após este trajeto, pode-se indicar algumas das questões que, longe de se fechar, se abrem com as análises empreendidas.

Em primeiro lugar, sublinhamos o esvaziamento das relações de “causalidade” entre a escrita e formas societárias culturais, políticas e econômicas defendidas pelos chamados sociólogos do letramento. Os dados históricos coletados e refletidos por Auroux não apenas invertem, mas ‘implodem’ as tradicionais articulações estabelecidas entre escrita, formas de racionalidade e de gestão da memória social, introduzindo fatores sócio-históricos que inserem o saber/normalização metalingüísticos da escrita nos circuitos político-administrativos de uma verdadeira política – interna e externa – da língua.

Conduzindo as análises de Haroche para nossas reflexões, encontramos a objetivação de referentes – “literalidade de Estado” – e a contrapartida da constituição do sujeito-de-direito do Estado burguês como condições para a construção discursiva da ‘informação’. A teoria do discurso, através da abordagem dos funcionamentos da linguagem escrita e seus controles sintáticos e lexicais, permite a reconstrução das condições histórico-políticas que instituem o

documento e a informação como importantes fatores na construção do efeito de evidência em modo social de acreditação, ao lado do pleno apagamento de tais processos pelo viés psico-ideológico²⁰ da constituição de sujeitos autonomizados e responsabilizados – lógica e juridicamente. Dito de outra forma: os processos sócio-históricos de construção do dizer institucionalizado – especialmente pela via do documento, em sua eficácia legal e principalmente simbólica – naturalizam e invisibilizam tanto tal processo quanto produzem a ilusão de transparência de seus artefatos e ‘conteúdos informacionais’, que são igualmente insumo das relações institucionais de poder. O fundamento do poder do documento (instância institucional), invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. Tais camadas de recobrimentos envolvidas na hegemonização do funcionamento do Arquivo como dispositivo, implicam a constituição da representação imaginária da informação com a própria constituição do sujeito-de-direito.

A análise isolada da textualidade do documento, sua materialidade lingüística, que ao lado de outras materialidades passíveis de análise diplomática, paleográfica etc., claramente não esgotam sua caracterização. O próprio conceito de documento, que anteriormente se pautava principalmente na ‘autenticidade’ institucional ou autoral em sua relação com a ‘verdade’, vem sendo desafiado por correntes historiográficas que não apenas abandonam uma postura ingênua e formalista quanto ao documento, mas passam a considerar enquanto tal tudo aquilo que seja incorporado como fonte para construção de narrativas históricas (LE GOFF, 2005; FEBVRE, s/d; ROUSSO, 1996) Apesar do reconhecimento da ligação entre textualidade e discursividade, a ampliação do conceito de documento aponta para sua condição de efeito discursivo, envolvido em redes de sentido estabelecidas em situações enunciativas marcadas institucionalmente. A partir deste estudo, considera-se que um conceito discursivo de documento poderá emergir de análise crítica de cruzamentos de definições formuladas pelos campos disciplinares que o focalizam, como a Documentação, a Ciência da Informação, a Diplomática, a História e mesmo o Direito, assim como da análise de manuais e normas de redação administrativa e acadêmico-científica. Esse é um dos caminhos que se abrem.

Se pudermos pensar o dispositivo Arquivo abarcando a totalidade das práticas sociais com documentos, incluindo suas práticas teóricas, constatamos que o mito fundador do campo

²⁰ Aqui, o ‘psico’ refere-se à abordagem psicanalítica da constituição do sujeito, e não à psicologia do indivíduo. (baseado em HAROCHE, 1992) A expressão utilizada busca indicar os processos de subjetivação via memória discursiva e outros mecanismos fundamentalmente inconscientes.

informacional se mescla aos mitos fundantes da própria civilização ocidental – sociedades de Arquivo. Daí a extensão da ‘mostruosidade’ e interdição de sua análise?

A abordagem de Gallo (1992) sobre a circularidade dos processos de construção de evidência e de seu possível rompimento através da crítica, servirá de ‘fecho’ para essas reflexões, e possível abertura para outras. A análise do discurso, que recoloca a dimensão material e histórica do sentido, rompendo com a ilusão da transparência da linguagem – fundamento do efeito-informação/evidência, mito fundador do campo informacional, pode auxiliar a romper tal circularidade. E, de fora do círculo, é possível observar como esse campo vem participando – por ação ou omissão – nos próprios funcionamentos do Arquivo como dispositivo.

THE FOUNDATIONAL INTERDICT OF THE INFORMATIONAL FIELD: THE DOCUMENT-EFFECT AND THE INFORMATION-EFFECT ON THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF THE FACT (AND OF THE SUBJECT)

ABSTRACT

It presents results of study on the power of writing, especially those related to the historical constitution of the document - in its materiality: as part of the institutional order and engenderer of social effects (FROHMANN). The study, using the concept of *mode of accreditation and social distribution of knowledge*, grounded Pierre Nora's distinction between *memory societies* and *history societies*, analyzes the functioning of writing as a landmark and pillar of historical – or Archive – societies, and lays the foundations of the *document-effect* in processes of legitimation, authority and regimes of truth. It looks for for the bases for the persistence of the document in the dominant processes of accreditation and social distribution of knowledge (*savoir*) and power in the western world. Through of the discourse theory and discourse analysis (AUROUX, HAROCHE and GALLO), besides of the analysis of the historicity of scientific writing (Frohmann), it concluded that the basis of the power of the document (institutional realm), becomes invisible through the reification of the written record, which, in its turn, is made invisible by the over-reification of the imaginary of information: the information/fact effect. These successive covering layers involved in the hegemonization of the functioning of the Archive, as a device, imply the constitution of the imaginary representation of *information* together with the constitution of the current Western legal subject itself.

Keywords: Document. Science Information – Epistemology. Writing culture. Archival Society

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

BOWLES, Mark D. The information wars: two cultures and the conflict in information retrieval, 1945-1999. In: BOWDEN, M.E. *et al.* (ed.) **Proceedings of the 1998 Conference on the History and Heritage of Science Information Systems**. p. 156-166.

BUCKLAND, Michael. Documentation, Information Science and Library Science in the USA. **Information Processing & Management**, Elmsford (NY), v. 32, p. 63-76, 1996.

_____. What is a document? In: HAHN, T. B.; BUCKLAND, M. (eds). **Historical Studies in Information Science**. Medford, NJ: Information Today, 1998. p. 215-220.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.1, jan.-abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_arttext&tlng=ES

COSTA, Icléia T.M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Convênio IBICT-UFRJ, 1997.

DAY, Ronald. **The modern invention of information**: discourse, history and power. Carbondalle: Southern Illinois University, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf> .

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 2002.

_____. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-102, 1974.

FREITAS, L. S. Documento e poder: uma arqueologia da escrita / The document and power: an archeology of writing. **Morpheus**, Rio de Janeiro, n. 7, 2008a. (Edição especial bilíngüe – em preparação)

_____. Entre o público e o privado: trajetos temático-discursivos da área de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.14, n.1, 2004.

FREITAS, L. S. A escritura e o fato: o documento como efeito discursivo e textual. II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Rio de Janeiro. **Anais... LIHED**, 2009.

_____. Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita. *In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais...* São Paulo, 2008b. (CD-Rom)

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In: FUJITA, M.L.S.;*

MARTELETO, R. M.; LARA, M.L.G. de (orgs.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Fundepe, 2008a. p 19-34.

_____. **Deflating information:** from science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.

_____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p.387-407, 2004b. Também disponível em: <https://www.ideals.uiuc.edu/bitstream/2142/1683/2/Frohmann387407.pdf>

_____. Revisiting “what is a document?”. **Journal of Documentation**, v.65, n.2, p. 291-303, 2009.

_____. The role of facts on Paus Otlet’s modernist project of Documentation. *In: RAYWARD, W. Boyd. European modernism and the information society: informing the present, understanding the past.* Londres: Ashgate, 2008b. p. 75-88.

_____. The role of the scientific paper in science information systems. Conference on the History and Heritage of Science Information Systems. **Proceedings...** Medford, 1998, p. 63-73.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino.** Campinas: Ed.Unicamp, 1992. (Momento)

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Néida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.1 n.6, dez. 2000. Disponível em: http://dgz.org.br/dez00/Art_03.htm

GOODY, J.; WATT, I. **As conseqüências do letramento.** São Paulo: Paulistana, 2006.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** São Paulo: Hucitec, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. *In: História e Memória*, Campinas, Unicamp, 2005.

_____. Memória. *In: Enciclopédia Einaud.* Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.11-50. (Brasil: História e Memória, Campinas, Unicamp, 2005.)

LUND, Niels W. Document theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.

MATIENZO, Mark. A. **Uncovering our tracks: ideology and the archival enterprise**. Paper. 2004. Disponível em:

<http://dlist.sir.arizona.edu/1313/01/UncoveringOurTracks-IdeologyAndTheArchivalEnterprise.pdf>

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e Cultura material: documentos pessoais no espaço público**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, José H. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n. 2, 2008. Disponível em: www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v52-1/05-Nunes.pdf.

ORTEGA, Cristina D.; LARA, Marilda L. G. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. *In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais...* São Paulo, 2008. (CD-Rom)

_____. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. IX Congreso ISKO-Espanña, *Anais...*, 2009. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2924562&orden=0.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o Arquivo Hoje**. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de Leitura: da história do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. Exame do estado atual da biblioteconomia e da documentação. *In: BRADFORD, S.C. Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, /1961/. p.15-60.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. O arquivo como espaço de discursividade. *In: Anais do 1º Seminário de Estudos de Informação*, set. 1996, Niterói, set. 1996. (anexo)